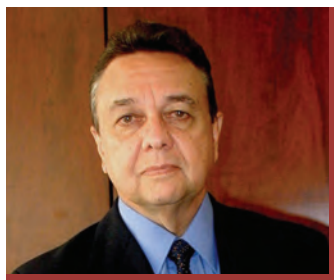


Diário de bordo

Uma boa aliança



Roberto Rodrigues*

POR MAIS radicais que sejam as atitudes das autoridades investidas da responsabilidade de proteger o meio ambiente, e por mais injustas que sejam contra produtores rurais que agem corretamente – e muitas vezes condenados por causa dos incorretos – há uma fraqueza nacional claramente prejudicial à competitividade do agronegócio brasileiro: o desmatamento na Amazônia.

Maior ainda que o fato, a versão nos perturba enormemente. É preciso reconhecer o problema, enfrentá-lo decididamente, e a revisão do Código Florestal abre a oportunidade para a discussão, que deve ser conduzida sem radicalismos de qualquer matiz.

O tema tem desdobramentos internos e internacionais.

Na área internacional, a referência é a COP 15, que, em dezembro próximo, em Copenhague, definirá os níveis de emissão dos gases de efeito estufa para o mundo do futuro. Precisamos chegar a esta importante conferência com um compromisso firme em relação à Amazônia. No mínimo uma moratória significativa, nos moldes do excelente exemplo da moratória da soja já em vigor. Cresce o movimento pelo desmatamento zero na Amazônia, e até as entidades de representação dos agricultores, como a CNA, apóiam a tese. Outros setores, no entanto, e não agrícolas, têm posição divergente: é

o caso dos estudiosos da eletricidade, que dizem ser a Amazônia o grande cenário futuro para hidroelétricas, o que traria problemas ambientais, pela barragem em si ou pela transmissão da eletricidade.

Mas não dá mais para ficar jogando o problema para cima. E um ponto é crucial: chega, definitivamente, de desmatamento ilegal!

E, independentemente dos resultados de Copenhague, precisamos cumprir o que prometemos lá, até para garantir a abertura e o crescimento dos mercados para os produtos brasileiros.

Isso nos leva aos desdobramentos internos, que nos capacitam para liderar a “economia verde” do pós-crise financeira.

Cerca de 14 entidades do nosso agronegócio, entre as quais a Abag, a Abiove, a Unica e a Orplana, firmaram uma Aliança Brasileira pelo Clima: Agricultura, Florestas Plantadas, Bioenergia.

É um passo importantíssimo, porque define um posicionamento sobre as mudanças climáticas e cobra ações do governo brasileiro. O documento assinala que o Brasil tem uma matriz energética limpa, com baixíssima contribuição para emissão de GEE, se comparado aos países desenvolvidos.

E, além de estabelecer recomendações ligadas ao regime internacional a ser definido pela COP 15, faz também recomendação para uso nacional, com ênfase para ações do governo brasileiro.

E aqui defende a forte redução do desmatamento; a formulação de políticas públicas que incentivem a correção das ações pela redução das emissões (prêmios), como tecnologias limpas e renováveis; a implementação de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, negociações bilaterais com países alinhados ao tema; implementação dos mecanismos de MDL, entre outras medidas.

Estamos avançando: os sinais da aliança são alentadores. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Interferência governamental



Cesário Ramalho da Silva*

A RETENÇÃO das exportações agrícolas na Argentina, por meio de impostos, é um arrocho aos produtores rurais locais. O recuo de participação dos produtos agrícolas argentinos no mercado internacional não é algo a ser comemorado, pelo Brasil.

A política implementada pelos governos Kirchner (Cristina e Néstor) ameaça o agro argentino e a força da produção agropecuária do Cone Sul. O Brasil e a Argentina podem ter divergências na agenda rural, mas é um erro pensar, que cresceremos mais em terceiros mercados atuando isoladamente, do que se trabalharmos juntos. Um agronegócio argentino forte é bom para o Brasil e vice-versa.

A interferência governamental de ampla magnitude no campo argentino é um tipo de medida populista, que parece ter ficado no passado aqui no Brasil.

Salvo algumas exceções, a participação do governo nacional no agro tem ocorrido, por meio de ações pontuais, de ajuste do mercado, principalmente, para corrigir distorções de preços, que atingem negativamente o produtor rural.

Contudo, ao anunciar a mudança dos índices de produtividade, o governo mostra que ainda vive do passado.

Primeiro: o ato ocorreu logo após manifestações do MST, o que não nos faz pensar outra coisa que não seja o fato de o governo ter pautado seu trabalho por um grupo, que sequer existe juridicamente,